



## **REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES CAMPONESAS FLORES DE SUCUPIRA: DA LUTA TERRITORIAL À LUTA POR AUTONOMIA FEMININA**

### ***PROTECTION NETWORK FOR PEASANTS WOMEN FLORES DE SUCUPIRA: FROM TERRITORIAL STRUGGLE TO FEMININE AUTONOMY.***

Valéria Pereira Santos<sup>1</sup>

Antonia Laudeci Oliveira Moraes<sup>2</sup>

Lorrany Lourenço Neves<sup>3</sup>

Sariza Oliveira Caetano Venâncio<sup>4</sup>

#### **RESUMO**

O artigo tem o objetivo de apresentar a experiência de apoio a organização das mulheres camponesas realizado pela Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins. O processo resultou na criação da Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira. Partimos nossa análise de dois pontos considerados os mais importantes no momento: a luta das mulheres em defesa dos seus territórios e a luta por autonomia político-econômica-sexual. Para tanto, lançamos mão dos registros em diários de campo das agentes pastorais, de registros fotográficos e de entrevistas semiestruturadas com as camponesas das comunidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rede de proteção Flores de Sucupira; Mulheres camponesas; Autonomia político-econômica-sexual.

#### **ABSTRACT**

The article aims to present the experience of supporting the organization of peasant women executed by Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins. The process resulted in the creation of the Protection network for Peasants women Flores de Sucupira. We started our analysis from two points considered the most important at the moment: the struggle of women in defense of their territories and the struggle for political-economic-sexual autonomy. To this end, we used the field diary records of pastoral agents, photographic records and semi-structured interviews with the peasants women in the communities.

**KEYWORDS:** Protection Network for Peasants Women Flores de Sucupira; Peasants women; Political-economic-sexual autonomy.

<sup>1</sup> Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/UFT, agente Pastoral – CPT Araguaia-Tocantins, Articuladora das CPT's do Cerrado. E-mail: [valeria\\_sants@yahoo.com.br](mailto:valeria_sants@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestranda em Cultura e Território pela UFT e agente da Comissão Pastora da Terra- regional Araguaia-Tocantins, E-mail: [laudinhmoraes@hotmail.com](mailto:laudinhmoraes@hotmail.com)

<sup>3</sup>Lorrany Lourenço Neves, Advogada, Assessora Jurídica – CPT Araguaia-Tocantins. E-mail: [lorranyadv@hotmail.com](mailto:lorranyadv@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Antropologia Social/UNICAMP. Professora da Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: [sarizacaetano@gmail.com](mailto:sarizacaetano@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

O artigo tem o objetivo de apresentar a experiência de apoio a organização das mulheres camponesas realizado pela Comissão Pastoral da Terra Araguaia -Tocantins que resultou na criação da Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira. No universo dos modos de vida das camponesas, muitos são os desafios enfrentados e as resistências praticadas para conquistarem a autonomia feminina dos corpos e dos territórios. Para isso, serão abordadas duas chaves de leitura avaliadas como as mais apropriadas para entoarem essa prosa: a luta das mulheres em defesa dos seus territórios e a luta por autonomia político-econômica-sexual. Como caminho metodológico utilizou-se os registros em diários de campo das agentes pastorais, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas com as camponesas das comunidades.

Os relatos orais, de modo especial, nos possibilitaram abordar a temática da luta territorial e dos processos de organização das camponesas. Do mesmo modo, essa metodologia, que tem base na História Oral, passou a inserir essas mulheres na História registrando seus pontos de vista no espaço público; espaço esse ocupado em grande parte e durante muito tempo pelos homens. Os registros em diários de campo, assim como os fotográficos, foram importantes para confrontar os dados obtidos nas entrevistas e possibilitar anotações e imagens de momentos de observação durante as oficinas e encontros. Essas técnicas, advindas da Etnografia, contribuiu para que conversas entre as mulheres fossem apreendidas, para que pudéssemos registrar momentos de lazer, de trabalho, de estudo das mulheres participantes dos encontros e perceber como elas articulam entre si momentos de solidariedade e de luta.

O artigo está organizado partindo de um olhar teórico e histórico para um viés prático e localizado sobre o papel e a luta das mulheres camponesas. Assim, discutiremos como o capitalismo patriarcal contribuiu e contribui para que não somente a terra seja alvo de extração e dominação como também o corpo feminino. Logo em seguida, apresentamos um histórico de como as mulheres camponesas foram se organizando no Brasil para lutar contra o feminicídio e em busca de autonomia. Por fim, apresentamos como surgiu a Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira, quais seus propósitos e um pouco das atividades realizadas até o presente momento.



## CAPITALISMO PATRIARCAL: DOMINAÇÃO DA TERRA E DOS CORPOS

Na análise de Shiva e Mies (1993) e Federici (2019), o capitalismo e o patriarcalismo caminham de mãos dadas. No campo, essa relação se materializa através da dominação da terra, das águas, da biodiversidade e dos corpos das mulheres. É um processo violento de apropriação de bens naturais e da negação dos saberes ancestrais femininos e das comunidades. O capitalismo patriarcal usa as ciências reducionistas e mecanicistas como instrumento de manipulação das mentes e constrói modelos de sociedade com conhecimentos monoculturais. Isso acaba por marginalizar a diversidade da natureza, os conhecimentos das mulheres e dos povos tradicionais. Isso gera, por sua vez, a espoliação de toda a capacidade produtiva dos sujeitos marginalizados, tanto da mulher quanto da natureza.

Esse tipo de ciência está articulado ao modelo de desenvolvimento colonizador e desenraizador. Ele é responsável por criar e legitimar estereótipos patriarcais que associam o feminino à passividade, que ignora a capacidade de resistência e produção de saberes pelas mulheres. Nessa construção social capitalista, impõe-se e naturaliza-se a superioridade do homem em relação à natureza, assim como do homem em relação a mulher. Assim, ele

pressupõe passividade/materialidade como feminino e animal e atividade/espiritualidade como masculino e distintamente humano está no centro do pressuposto patriarcal da superioridade do homem em relação a mulher. Isso se reflete em dualismo como mente/corpo, a mente sendo não material, masculina, ativa, e o corpo sendo físico, feminino, passivo. Também se reflete no dualismo cultura/natureza, com o pressuposto de que apenas os homens têm acesso à cultura enquanto as mulheres estão presas à terra que dá à luz todas as coisas. O que essa dicotomia artificial encobre é o fato de a atividade, e não a passividade, ser o ponto forte da natureza. (SHIVA; MIES, 1993, p. 68-69).

Esse pensamento dualista a que Shiva se refere, ganhou vazão após a Revolução Científica dos séculos XV e XVI, quando a Europa achou que passaria a viver o ápice da liberdade através do acesso às tecnologias e das relações modernas. De fato, houve significativos avanços. Entretanto, houve aumento também das desigualdades sociais entre classes, raças e entre as relações de gênero, visto que as ciências mecânicas acabaram por hierarquizar os conhecimentos e os valores das coisas. Acabou, portanto, definindo “o que era científico e o que era empírico sem valor para a ciência, e impôs a definição de sujeitos produtivos, os homens e sujeitos improdutivos, as mulheres. Relegando mais uma vez o lugar das mulheres na produção de bens econômicos”. (SANTOS, 2019, p.65).



Com a modernização tecnológica, a biodiversidade foi redefinida como invenções biotecnológicas, o que abriu portas para introdução de insumos sintéticos na natureza, agrotóxicos, adubação química, sementes transgênicas e híbridas. A biodiversidade passou a ser valorizada monetariamente. A terra, a água, as florestas e os minérios foram transformados em mercadorias, ativos financeiramente no mercado especulativo nacional e internacional.

Tal como a biodiversidade, os papéis das mulheres também foram redefinidos. A ciência, a religião e o Estado, a serviço dos homens – especialmente homens brancos –, passaram a controlar o corpo, a sexualidade e a capacidade produtiva e reprodutiva das mulheres através de políticas de reprodução populacional, de tabus e contratos sociais. Com a política de reprodução, o Estado busca garantir a renovação da força de trabalho para o capitalismo. Além do mais, estabeleceu papéis não remunerados de reprodutora e cuidadora às mulheres, limitando a capacidade e o trabalho feminino na produção de bens econômicos. A ciência por sua vez, controlava os saberes tradicionais, subjulgando os ofícios e conhecimentos das curandeiras, parteiras, raizeiras, benzedoras e mães de santo. A religião e os ‘homens de família’, perseguiram e controlaram, e ainda o fazem, a sexualidade e a liberdade de expressão das mulheres nos espaços públicos e privados. (FEDERICI, 2019).

Assim, vemos que em diferentes culturas e sociedades, o corpo feminino continua sendo território dominado pelos homens: é persistente os discursos e comportamentos sociais machistas, onde considera as mulheres como seres incapazes que não podem cuidar e decidir sobre suas vidas, precisam estar vinculadas a um homem para ser protegida ou respaldada na sociedade. Na análise da “Sempre Viva Organização Feminista”, fica claro como o capitalismo e o patriarcado se materializam nas relações cotidianas, dominando os corpos das mulheres e suas relações econômicas e políticas:

é visível a imbricação do capitalismo e do patriarcado, uma vez que o corpo das mulheres constitui um campo em que se expressa a relação de dominação dos homens mais próximos a cada mulher, ao mesmo tempo em que cada vez mais a mesma relação de dominação se expressa no mercado, com alcance ampliado (SOF, 2014, p. 23).

Quanto a dominação da terra, são inúmeros os mecanismos usados pelo mercado global para se apropriarem dos bens naturais presentes nos territórios camponeses. Os mecanismos não levam em consideração as vivências centenárias daqueles que ali habitam e muito menos os significados que seus habitantes atribuem ao lugar, especialmente aqueles



atribuídos pelas mulheres. São elementos integrantes de identidade, de cultura organizacional e de política das comunidades. Essa análise da Sof (2014) nos remete ao pensamento de Shiva e Mies (1993, p. 41) quando ela defende que, “o corpo das mulheres e as riquezas da biodiversidade presentes nos territórios, é a última colônia que vem sendo instrumentalizada pelo Estado neoliberal”. Conseqüentemente, tanto o corpo feminino, como os territórios étnicos, tornou-se alvo de especulação e dominação pelas estratégias econômicas do capital internacional.

A superioridade patriarcal dos homens brancos, também se aplica nas relações institucionais públicas, interferindo no modo de vida comunitário, à medida que reproduzem relações sexistas na condução das políticas e negociações. As instituições públicas, especialmente as que mantêm relações com a população do campo, priorizam as interlocuções com as lideranças masculinas, sem ouvir as mulheres nos processos de tomadas de decisão. Em outras palavras, Davis (2016, p. 25) diz que isso trata-se da reprodução da cultura patriarcal, que faz “clivagem entre economia doméstica e a economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, que instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca”.

## **A LUTA POR AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO**

Apesar do contexto histórico de dominação e controle, as mulheres nunca desistiram de conquistar a autonomia feminina. Elas travaram diversas lutas feministas por emancipação, direitos e liberdade. As camponesas, também, construíram suas histórias e lutas, tal qual consta nas agendas políticas de reivindicação:

acesso à documentação; direitos previdenciários; sindicalização; participação política; direito à terra e território; reconhecimento do trabalho da mulher; direito a um ambiente saudável; por uma agricultura sustentável e ecológica e; principalmente denunciando as violências e desigualdades de gênero no campo”. (SANTOS, 2019, p.68).

Entre as muitas conquistas das lutas feministas podemos destacar, a revisão da Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, com o reconhecimento no artigo 226, inciso 5, do capítulo VII, da igualdade de gênero na família. (BRASIL, 1988).

Também podemos citar como conquista o reconhecimento do título de domínio para as camponesas, conforme previsto na nossa carta magna em seu artigo 189, parágrafo único,



uma que foi reconhecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres para obtenção de títulos de domínio ou concessão de uso de terras do Programa Nacional da Reforma Agrária.

Trata-se de um direito constitucional que levou 15 anos para ser efetivado. Somente em 2003, após a mobilização das mulheres do campo na Marcha das Margaridas foi que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia do Governo Federal, baixou a Portaria 981/2003, e quatro anos depois criou a Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007, em que foi revisado as normas e procedimentos para garantir o direito às camponesas ao Programa Nacional de Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, para as posseiras. (INCRA, 2007).

Além da morosidade institucional nos trâmites legais para garantir o acesso das camponesas à reforma agrária e a titulação de terras, entre outras dificuldades, as mulheres enfrentavam a falta de documentação, um direito que lhes foi negado por muito tempo.

Para as mulheres do campo, o acesso aos direitos, inclusive o direito à documentação, só foi possível com o fortalecimento da organização política na década de 1980 e 1990, impulsionadas pelas Conferências Mundiais das Mulheres, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela criação do ano Internacional da Mulher em 1975. Convocadas a nível nacional e local, as camponesas se organizaram politicamente através da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), dos coletivos comunitários e em muitas outras organizações. A partir dessas frentes de organizações, elas passaram a incidir em espaços públicos com suas pautas específicas, construindo políticas públicas para atender as demandas da mulher do campo. (SANTOS, 2019).

Com as conquistas, as mulheres passaram a ocupar cada vez mais outras funções fora do lar. Com as camponesas não foi diferente. Contudo, vale ressaltar, que diferente da cidade, elas já ocupavam importantes funções na organização da produção familiar. Para além das atividades domésticas e de cuidados, as camponesas já trabalhavam na produção agrícola, no roçado, no trato dos animais e nos quintais produtivos, e ainda faziam o enfrentamento direto nas lutas territoriais e ambientais. Assim, nos parece que a alteração vivida na realidade dessas mulheres se deu no fato de passarem a reivindicar reconhecimento e valorização de seus papéis nas atividades produtivas, e pautar em ambientes públicos suas reivindicações e não mais somente nos espaços domésticos. Vale ressaltar que as pautas demandadas por elas têm pontos específicos e distintos daquelas reivindicadas pelas mulheres da cidade. As



camponesas percebem que a libertação de seus corpos e a construção da identidade delas não está desvinculada de um respeito ambiental e de uma autonomia territorial.

É importante destacar que nas suas lutas por autonomia política, as mulheres reivindicam o direito de serem ouvidas, terem seus pontos de vista respeitados e problematizados em relação aos conflitos territoriais e ambientais. As mulheres camponesas se colocam como parte do processo de resistência e assumem a luta pela terra juntamente com os homens das comunidades. No entanto, elas percebem que suas demandas vão além da pauta comum da comunidade, pois suas pautas específicas exigem maior organização coletiva, uma vez que buscam espaços para construir estratégias de geração de renda, de conservação da biodiversidade, reconhecimento de seus papéis dentro e fora das comunidades e liberdade dos corpos.

A conquista e resistência das camponesas mostram grandes avanços na ascensão feminina na esfera pública e privada. Mas, ainda assim, predomina nas relações sociais, políticas e no discurso social uma definição de papéis diferenciados e assimétricos de poder entre mulheres e homens do campo. O discurso social ainda reproduz uma dicotomia de papéis, direcionando a mulher como responsável pelo âmbito privado e os homens responsáveis pelo âmbito público. Ou seja, na divisão sexual do trabalho, a mulher ainda está relacionada ao trabalho doméstico e do cuidado, de forma que sua identidade tem sido caracterizada pelos papéis de mãe, esposa e cuidadora do lar.

No universo camponês é persistente a reprodução de relações sexistas através dos costumes, práticas cotidianas e políticas que reforçam a subjugação da mulher e a dicotomização alienadora de papéis sociais, elementos constitutivos do sistema patriarcal. (SANTOS, 2019). No seu cotidiano, as camponesas brasileiras enfrentam diversas desigualdades sociais, e para as mulheres camponesas da Rede de Proteção Flores de Sucupira, que vivem em territórios em conflito com grandes produtores de soja, pecuária de corte, eucalipto etc., as desigualdades interseccionam relações de classe, gênero, identidade étnico-racial, ambiental e territorial. (DAVIS, 2016).

A inserção social e política das mulheres nas lutas territoriais apresenta elementos históricos, que estão em constante processo de construção de novas identidades sociais[...]. Assim é possível, pensar que a ambientalização da luta, quando associada aos recortes de gênero e ecológico e a uma prática ativista por garantias de direitos, resulta na formação de novas identidades. (NETO, 2017, *apud* SANTOS, 2019, p.72).



As camponesas estão cada vez mais protagonizando as lutas territoriais e ambientais, assumindo funções de lideranças das comunidades, movimentos e organizações. Todavia, o protagonismo das mulheres na esfera pública as expõe a outras formas de violência. A exemplo disso podemos citar o silenciamento por assassinatos, prisões, queimas de suas casas, intimidações e ameaças de mortes. Toda essa violência é provocada pelas forças hegemônicas do capital econômico que avança sobre seus territórios com as lavouras de soja, milho, eucalipto e pastagem para o gado.

A violência contra mulher cresce no Brasil. Atualmente, a cada dois minutos uma mulher é violentada fisicamente, e segundo informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), em 2019, foram registradas 266.310 ocorrências de lesão corporal em decorrência de violência doméstica e 1.326 registros de feminicídio. Essas são violências que ocorrem principalmente no âmbito do lar. Se esse espaço deveria ser de acolhimento, respeito e amor, o que vemos é que ele vem se tornando a cada espaço de tensões, agressões e morte.

Além da violência doméstica e das opressões do patriarcalismo e machismo familiar, religioso e comunitário, as camponesas estão expostas a outras formas de violência. A expropriação dos territórios, a destruição dos recursos naturais que são fundamentais para a reprodução familiar, agressões físicas, ameaças e assassinatos estão entre esses outros modos de violência.

Sobre as violências sofridas pelas camponesas na luta de resistência contra o agronegócio e grandes projetos, os dados do Caderno de Conflitos do Campo organizado pela CPT (2018) mostram que, em 2018, 36 mulheres foram ameaçadas de morte, seis sofreram tentativas de assassinato, outras seis foram feridas durante tentativas de despejo, duas foram torturadas e uma sofreu aborto. Os registros também apontam para o assassinato de duas mulheres em decorrência de conflitos agrários.

Em 2019, aumentou a violência contra mulher nos conflitos do campo. As ocorrências apontaram que 102 mulheres sofreram algum tipo de violência, e entre estas, 43 denunciaram ameaças de morte, 15 sofreram intimidações e cinco estiveram presas. Os dados também apontam para três registros de tentativas de assassinatos e três assassinatos de mulheres em decorrência de conflitos agrários. Dois dos homicídios foram com detalhes de crueldade relacionados à condição da vítima ser mulher (CPT, 2019).

Para Segato (2016) esse fenômeno da violência contra as mulheres e grupos étnicos, intensificou com a privatização da violência por meio da pistolagem e de grupos armados que visam exterminar os empecilhos que entravam o avanço do capital no campo. Segundo a



autora, no passado, era mais frequente a violência estatal praticada através das instituições públicas por meio das guerras. Atualmente, ocorre a transferência de papel nas violências, das instituições públicas para o privado, com a conivência e omissão do próprio Estado.

Os dados de violência contra a mulher do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) e da CPT revelam o quanto é desafiante a luta das mulheres pela vida. É perceptível também que as mulheres estão denunciando mais e assumindo lideranças de movimentos e organizações. Pois, para além das lutas por direitos específicos das mulheres, as camponesas se mobilizam e se articulam por autonomia política, sexual, econômica através da busca por uma valorização do seu trabalho, por reforma agrária e pela defesa dos territórios.

Elas vão se formando na luta de resistência, politizam-se e constroem identidades na ocupação dos espaços comunitários e públicos. Esse é um processo sem volta, pois, uma vez que as mulheres assumem o controle de suas vidas e rompem com os padrões que as oprimem, as relações pessoais, familiares e comunitárias passam a ter outra dinâmica. As mulheres que nascem e renascem neste processo político da luta feminista e territorial, dificilmente voltam a ocupar os mesmos lugares de antes, os novos papéis assumidos muitas vezes são incompreendidos ou rechaçados (SANTOS, 2019, p. 72). E como diz Lôbo (1996, p. 251), “quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadearam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas “opções”, as mulheres já não são mais as mesmas”.

## **REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES CAMPONESAS FLORES DE SUCUPIRA**

A Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira surge em 2019 em um contexto de acirramento da violência contra as mulheres e do desmonte das políticas de proteção às camponesas e aos territórios das comunidades e povos tradicionais do campo. É uma iniciativa resultado do trabalho de formação e apoio às mulheres do campo em situação de violências desenvolvido pelas agentes de pastoral da CPT Regional Araguaia-Tocantins a partir de 2013. A Rede Flores de Sucupira é formada por mulheres camponesas de doze comunidades, entre elas famílias sem terras acampadas nas beiras das rodovias, assentadas da reforma agrária, posseiras que reivindicam a regularização fundiária e quilombolas da região Centro Norte do Tocantins. Ainda conta com a parceria do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), da Cáritas Diocese de Tocantinópolis e de professoras do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas da Universidade Federal do Norte do Tocantins (NEUSA/UFT).



A CPT é uma organização mista ligada à igreja católica, nascida em 1975, em meio aos conflitos da luta pela terra no período da Ditadura Militar. Ela está presente em todos os estados brasileiros com trabalho voltado aos povos do campo e tem como missão “ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas para estimular e reforçar seu protagonismo” (PELOSO et al., 2002, p. 5). Presta apoio, assessoria e acompanhamento a processos coletivos de luta e resistência pela terra e produção familiar ecológica de acordo com as dinâmicas locais. Do mesmo modo, apoia e assessora processos integrais e permanentes de formação e sistematização a partir das experiências das comunidades fortalecendo e divulgando as conquistas e denúncias das injustiças contra povos e comunidades do campo.

No estado do Tocantins, a CPT está completando 45 anos de atuação no apoio e assessoria a luta pelos direitos a terra, território, trabalho e água. Nessa caminhada, o trabalho da organização tem sido motivado pelos valores da mística e da espiritualidade dos povos, seguindo o exemplo de Padre Josimo, que foi um dos primeiros agentes pastorais com forte atuação na defesa dos territórios de comunidades camponesas no Bico do Papagaio. Josimo foi apoiador das lutas das mulheres quebradeiras de coco babaçu e se tornou referência para homens e mulheres da CPT, bem como para a organização das mulheres naquela região, através dos sindicatos e do MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) (AGUIAR et al., 2020).

O trabalho específico com mulheres do campo, se apresenta como uma temática importante para a CPT e nos registros ele aparece como um processo de formação através de encontros temáticos onde aborda-se assuntos relacionados ao contexto das mulheres acompanhadas pela Pastoral. Em outubro de 1999, no município de Wanderlândia, foi realizado o encontro “Mulheres do Norte do Tocantins” voltado para mulheres camponesas e lideranças de organizações; em 2001, a CPT desenvolveu um “Curso Jurídico para Mulheres” em oito módulos com temáticas voltadas para a formação sobre direitos das mulheres e as doutrinas jurídicas; em novembro de 2004, no Assentamento Amigos de Terra, em Wanderlândia, foi realizado um encontro sobre “Relações de Gênero no campo”, em que mobilizou mulheres de várias comunidades e municípios vizinhos.

Apesar do acompanhamento às mulheres ser considerado um trabalho importante, por muitos anos permaneceu uma temática transversal nos projetos e planejamentos da Pastoral, sendo uma temática assumida apenas pelas mulheres agentes. Com todos os desafios de uma



organização mista, a CPT Araguaia-Tocantins, a partir 2013, foi provocada a retomar e priorizar o trabalho com as mulheres, o que resultou em um maior empenho no acompanhamento da dinâmica e modos de vidas das camponesas e em encontros anuais.

Tabela 1 Encontros de formação para mulheres camponesas

<b>Ano</b>	<b>Temas dos encontros</b>	<b>Participantes</b>
<b>Março 2013</b>	A importância do trabalho feminino na história da sociedade e na vida das comunidades e direitos das mulheres.	45 – Mulheres acampadas, assentadas, posseiras e indígenas Krahô.
<b>Março 2014</b>	Mulheres camponesas, fé e espiritualidade.	25 mulheres assentadas, acampadas, posseiras
<b>Novembro 2015</b>	Saúde da mulher - medicina alternativa, importância das ervas medicinais no trato das doenças e direitos das mulheres.	30 mulheres assentadas, acampadas e posseiras.
<b>Março 2016</b>	Os impactos dos grandes projetos na vida das mulheres.	45 mulheres acampadas, assentadas e posseiras.
<b>Março 2018</b>	Violência Contra mulheres no campo: Violência física, psicológica, sexual e pedofilia.	30 mulheres atingidas por barragens, indígenas, acampadas e assentadas.
<b>Março 2019</b>	Mulheres pela vida, água e Cerrado – longe da violência.	60 mulheres atingidas por barragens, assentadas, posseiras e acampadas.
<b>Março 2020</b>	“Feira das Mulheres Camponesas do Cerrado: elas por elas e pelas outras.	200 mulheres assentadas, sem terra, acampadas, posseiras, atingidas por barragens e mulheres urbanas e participação de alguns homens.
<b>Março 2021</b>	Live Mulheres de fibra: desafios e resistências das camponesas em conflitos com o agronegócio.	Alcance 216 pessoas – mulheres e homens, maioria público urbano.

Fonte: Tabela produzida pelas autoras a partir dos registros de diário de campo das agentes.

Então, ao longo desses nove anos, foram realizados oito encontros de formação com participação de aproximadamente 651 mulheres. Atingindo um público de comunidades rurais dos municípios de Palmeirante, Colinas, Araguaína, Nova Olinda, Campos Lindos, Barra do Ouro, Ananás, Darcinópolis, Babaçulândia e Filadélfia. Os encontros ofereceram formação teórica e dialógica com temáticas que envolvem a história de luta das mulheres camponesas, os direitos, a saúde e os impactos do latifúndio; espaço de debates em plenária; rodas de conversas de reflexão em pequenos grupos; e oficinas de capacitação em produção de remédios caseiros, sabonetes, pinturas, bordados etc.

O investimento na formação das mulheres camponesas resultou em mudanças positivas. Elas passaram a pautar a luta e a demandar da CPT maior acompanhamento. Se, por



um lado, a CPT apoia e assessora elas, por outro lado, as camponesas fortaleceram a discussão de gênero na equipe e proporcionou maior visibilidade ao trabalho realizado nas comunidades junto a elas e colocou suas temáticas como prioridade da pauta na agenda da organização.

Todos os encontros de formação foram e são construídos durante o ano através de reuniões e oficinas. Nas reuniões são realizados diagnósticos a partir da escuta das camponesas, e as informações e demandas delas são usadas na formulação de conteúdo e metodologias dos processos de formação. As oficinas e reuniões servem, também, como espaço de mobilização e motivação das mulheres para participarem dos encontros, mobilizações e dos espaços de debates.

Contudo, ainda é possível perceber que muitas camponesas têm dificuldade de sair para ficar mais de um dia fora de casa, especialmente, se essa viagem implica sair sozinha sem a companhia do marido. Outras mulheres têm crianças na escola e não tem com quem deixa-las, e ainda tem aquelas mulheres que levam os filhos pequenos para os encontros. Assim, na construção e logística dos eventos é preciso sempre se atentar para essas questões para garantir a participação do maior número de mulheres e suas especificidades.

Em 2020, por razões da pandemia, não foi possível realizar nenhuma atividade presencial. Mas, apesar do limite de acesso a telefone e internet, a Rede Sucupira conseguiu manter acompanhamento através de ligações telefônicas e das mensagens via WhatsApp. Em março de 2021 foi realizada a *live* “Mulheres de fibra: desafios e resistências das camponesas em conflitos com o agronegócio”. A atividade proporcionou um espaço de diálogo das camponesas com as mulheres das cidades.

A metodologia usada no trabalho de formação e apoio as camponesas, tem por base a “investigação-formação”, que se trata do método “formulação de problemas” desenvolvido por Paulo Freire e aperfeiçoado pelas ecofeministas Shiva e Mies (1993, p. 59). Essa metodologia possibilita o acompanhamento individual de cada camponesa e a participação delas na construção de conteúdo, pautas e conscientização coletiva. Ali elas assumem os problemas que poderiam ser individuais como uma pauta coletiva debatidas nos encontros, e juntas refletem e procuram soluções para eles.

Figura 1 Encontro de mulheres camponesas do Norte do Tocantins



Fonte: Arquivo CPT (2018)

Um dos desafios da Rede é apoiar as mulheres e suas comunidades no enfrentamento à violência do latifúndio do agronegócio que se materializa através dos despejos, destruição de casas, destruição dos roçados, contaminação das águas, ameaças de morte e intimidações. São violações de direitos territoriais que têm a ver com o avanço dos monocultivos de soja, eucalipto, pecuária de corte e projetos de logísticas, como as hidrelétricas e a ferrovia Norte Sul, projetos potencializados no contexto da expansão da fronteira agrícola MATOPIBA<sup>5</sup>. Trata-se da disputa territorial das terras camponesas pelo capital nacional e estrangeiro para ampliação da produção de *commodities*, principalmente da soja, que tem forte apoio das multinacionais compradoras de grãos, *Bunge e Cargill*.

De acordo com os relatos das camponesas, a violência do agronegócio destrói o lar e seus meios de sobrevivência, impondo o medo e o desassossego à vida delas:

Botaram veneno na água do córrego, passei três meses com a água envenenada. Morreram os animais galinha, pato e os peixes do rio. Não me envenenaram porque tenho de onde tirar outra água. O grileiro desmatou, fez arrastão para plantar soja e não deixou nada. Mas eu não saio daqui, aqui é meu lugar. Se chegar a oportunidade de tirarem minha vida, pois, vai tirar bem aqui, não saio de maneira nenhuma. (Dona Raimunda dos Santos, camponesa da Gleba Tauá, 2021).

A vida das mulheres no acampamento é sofrida. Morar debaixo de uma lona - uma hora você está com o barraco coberto e outra hora está no sol ou na chuva se molhando. Dormimos pouco, pois, precisamos vigiar, temos medo de qualquer hora receber ataque do pistoleiro do latifundiário. Mas, a mulher na área de conflito é uma guerreira, porque quando vem alguma coisa ruim para o acampamento, são as

<sup>5</sup> Região geográfica que envolve 337 municípios, em uma área de 73 milhões de hectares de terras predominantes no Cerrado dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia e todo o estado de Tocantins.



mulheres que estão lá. Fazemos o enfrentamento, mas passamos a ser visadas e ameaçadas, não podendo mais andar sozinhas. (Eulina Silva, acampamento Gabriel Filho, 2021).

Outros desafios estão relacionados ao enfrentamento às condições de vida que as camponesas estão expostas em suas casas e nas comunidades. Por exemplo, a violência doméstica, tão recorrente e que atinge várias camponesas. Porém, há muitas dificuldades no registro dessas ocorrências. Tanto o isolamento geográfico como a falta de meios de comunicação são elementos que contribuem para a invisibilidade das agressões sofridas pelas mulheres e a punição dos agressores.

Dentre tantas dificuldades enfrentadas pelas mulheres da Rede de Proteção Flores de Sucupira, uma delas é a falta de espaço para serem ouvidas nas tomadas de decisões comunitárias que envolvem a luta territorial. As mulheres apesar de serem arrimo importante da vida doméstica, na organização comunitária e na manutenção dos acampamentos, ainda continuam sendo a segunda voz em suas comunidades. As camponesas consideram que seus pontos de vista não são respeitados pelos homens das comunidades e que são impedidas ou desmotivadas a participarem de espaços importantes, como as reuniões e encontros de formações.

Eu, como presidente da associação do assentamento, vejo as mulheres muito excluídas nas tomadas de decisões. Quando as mulheres falam alguma coisa, os homens repetem suas falas para confirmar ou prevalecer as opiniões deles. Sentimos enfraquecidas, pois, as mulheres são impedidas de participarem das atividades de militância, a não ser acompanhadas pelos maridos. Então, é preciso ter atitude para enfrentar os maridos e as críticas da comunidade. Vamos dar as mãos porque assim o sofrimento diminui. (Deusirene, Assentamento Deus é Grande, 2021).

Nós, mulheres, temos dificuldade em participar dos encontros e reuniões. Alguns maridos tentam impedir porque acham que não somos capazes de aprender. Mas nós temos que nos impor para mudar isso, participando com o objetivo de aprender mais. Já que, na comunidade, contribuimos muito e ainda produzimos galinhas, polvilho, massa de puba. (Antônia Pereira da Silva, comunidade Gleba Tauá, 2021).

O apelo de Deusirene e Antônia pelo fortalecimento da organização feminina, se soma ao apelo de várias outras camponesas que acreditam na conquista da autonomia das mulheres. Essa autonomia reverbera à liberdade política, sexual e financeira das camponesas que permanecem ainda controladas pelos homens: ora homens do agronegócio e ora homens do círculo familiar.



Nesse sentido, há uma análise da Rede de Proteção Flores de Sucupira que considera, a partir das reflexões de Shiva e Mies (2003) e Federici (2019), que a violência de gênero e os conflitos territoriais se entrelaçam na vida das mulheres camponesas. Corpos e territórios são elementos em disputa pelo capital. Por isso, é importante frisar que é no processo de transformações das relações sociais de gênero no campo que as camponesas compreendem as diversas faces da violência que as atingem. Como diz Emmerick (2017, p.11), “a cada dia as mulheres tomam consciência da sua participação na luta, nos movimentos sociais. O homem tem seu olhar, mas a mulher vê de outra forma os impactos, as mazelas que são deixadas”.

A metodologia da Rede Flores de Sucupira parte da compreensão do universo vivido pelas camponesas: identificação dos lugares que as mulheres ocupam; dos impactos e sofrimentos cotidianos; suas percepções a respeito do contexto que estão inseridas; e suas resistências e potencialidades na vida comunitária. Essa compreensão alimenta o processo de formação para transformação da realidade individual e coletiva, conforme afirma Emmerick (2017, p. 07):

Aos poucos, compreendemos que para responder a estas questões é necessário irmos além de uma ‘impactologia’ e afirmar e visibilizar as estratégias de resistência engendradas pelas mulheres diante das transformações sociais e territoriais que as ofensivas trazem para nossas vidas (2017, p. 07).

Além do processo de formação específico às camponesas, a Rede Flores de Sucupira faz o acolhimento às mulheres em situação de violência, incentivando a solidariedade feminina a nível local entre as vizinhas, pois é ali que elas se protegem e se fortalecem para enfrentar a violência no âmbito familiar e comunitário. Outro nível de acolhimento ocorre quando é necessário o registro de Boletins de Ocorrência (BO’s), exames de corpo de delito, retirada da vítima da comunidade ou quando é necessário encaminhar algum tipo de benefícios sociais e apoio jurídico.

Por exemplo, as mulheres da comunidade Serrinha, Figura 02, são posseiras que lutam pela regularização da posse da terra e contra o agronegócio que avança contaminando e ameaçando seus modos de vida. A comunidade está localizada no município de Barra do Ouro -TO, que tem pouco mais de 4 mil habitantes e nenhuma infraestrutura de apoio e segurança às mulheres. Essa situação de vulnerabilidade que se encontram as camponesas da Serrinha representa muitas outras comunidades acompanhadas pela CPT. Por isso, no dia a dia elas contam apenas com o apoio e proteção das companheiras vizinhas.

Figura 02 – Oficina de mulheres/Comunidade Serrinha



Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins (2018).

Apesar do trabalho contínuo de formação e organização para a autonomia das camponesas, ainda é perceptível a insegurança das mulheres em suas comunidades, pois contam com poucos recursos do Estado para encaminhamentos de suas denúncias. Na região centro norte do Tocantins, apenas a cidade de Araguaína conta com delegacia especializada no atendimento à mulher. A maioria das cidades não contam com atendimento específico às mulheres, e as vítimas, em muitos casos, acabam sendo insultadas pelos agentes policiais homens, que, em seus discursos acabam responsabilizando a própria vítima pelas agressões.

Figura 03 – Oficina de mulheres/Comunidade Levinha/Araguaína – TO.



Fonte: Antonia Laudeci Moraes (2019)

Percebemos pelas entrevistas realizadas e pelos registros das atividades desenvolvidas que a luta pelo direito das mulheres e autonomia dos territórios e corpos femininos só ganha força quando articulada a diversos grupos de base e organizações de mulheres de outras categorias, como das igrejas, sindicatos, universidades, movimentos etc.

Para além dos encontros anuais de formação para as mulheres, onde reúnem-se mulheres de todas as comunidades para estudar temáticas relacionadas a espiritualidade, cuidado da saúde, produção, geração de renda e direitos das mulheres, realiza-se também oficinas, figura 3 em cada comunidade. Nas oficinas são abordadas temáticas da particularidade de cada comunidade em conexões com os conteúdos trabalhados nos encontros anuais.

Figura 04 – Oficina de mulheres, comunidade Luar do Sertão/Ananás- TO.



Fonte: Antonia Laudeci Moraes (2019).

Através da Rede Flores de Sucupira, as mulheres são motivadas a fortalecerem as relações entre vizinhas e comadres, trocar experiências comunitárias através das visitas, dos momentos de lazer, grupos de trabalho, grupos de rezas, de produção e etc. As mulheres compreendem que é preciso resgatar na vida comunitária as redes de autoproteção e de cuidado.

Com o trabalho desenvolvido ao longo dos 9, já pudemos observar alguns resultados importantes:

a) aumentou a participação e o desejo das mulheres em assumirem cargos nas coordenações e diretorias dos grupos e associações;

b) construiu-se uma Rede de Autoproteção ao longo desses anos por elas, com o intuito de proteção umas às outras. Ela é efetivada por meio da denúncia dos atos de violências sofridas pelas camponesas;

c) as mulheres passaram a ocupar espaços importantes na Articulação Camponesa de Luta pela Terra e Defesa dos Territórios. É um espaço formado por várias lideranças dos grupos acompanhados pela CPT para que os camponeses e camponesas possam de forma coletiva reivindicar o direito ao seu território, denunciar as violências sofridas pelo avanço do agronegócio, bem como cobrar o acesso às políticas públicas;

d) aumentou o número de iniciativas das camponesas na construção da sustentabilidade e na produção de alimentos saudáveis com base agroecológica. Mesmo com



o machismo e o patriarcalismo, não podemos negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho;

e) aumentou a participação das mulheres nas feiras organizadas nos municípios onde se localizam suas comunidades e em outras regiões. As mulheres camponesas produzem alimentos e asseguram a subsistência da família e se preocupam com o plantio das plantas medicinais e com os artesanatos.

Figura 05 – Encontro de formação e feira das Mulheres Camponesas do Cerrado - elas por elas e pelas outras/Araguaína – TO.



Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins (2020).

Mesmo com todos os avanços apontados, ainda é muito forte a presença do machismo nas comunidades, como muitas das mulheres relatam. Contudo, as mulheres buscam mostrar em suas falas, comportamentos e demandas à Rede que são capazes de perceber e lutar contra as instituições dominadoras e machistas como é o caso da religião, da família e do Estado. As mulheres passam a compreender que violência não é normal e que quem ama não machuca, maltrata ou mata. Elas sabem que necessitam lutar por respeito e igualdade e estão fazendo essa luta. Compreendem que precisam ser ouvidas e terem seus direitos respeitados, e que



lugar de mulher é onde ela quiser e que sempre que se fizer necessário é preciso meter a colher.

## CONSIDERAÇÕES E APRENDIZADOS

Como vimos, a auto-organização das mulheres e sua participação nos espaços de tomada de decisões das comunidades vem se tornando cada vez mais evidente por meio do engajamento das mulheres nos processos de lutas pela terra e lutas feministas. As camponesas são sabedoras que os conflitos no campo e a violência contra as mulheres está longe de acabar, por isso, reconhecem a importância de se somarem na luta pela libertação dos territórios e de seus corpos. Percebe-se a necessidade de avançar na discussão e formação sobre igualdade de gênero juntamente com homens, que são os maiores opressores.

O fortalecimento da geração de renda através da produção coletiva nos grupos comunitários e individuais vai se configurando como uma estratégia de fortalecimento feminino e ocupação de espaços como as feiras livres e comércios institucionais, antes negados às camponesas. Assim, é nesse sentido e com esse intuito que a Rede Flores de Sucupira surge, ou seja, para a coletividade como uma base de fortalecimento das mulheres camponesas em diversos âmbitos de suas vidas, seja no campo privado ou público.

Por fim, concordamos com Shiva e Mies (1993) quando afirmam que o maior resultado-aprendizado do processo de formação e conscientização das mulheres são as transformações que ocorrem individualmente e no coletivo. Foi a partir dos encontros com a Rede que as camponesas construíram dinâmicas de luta interna e externa às suas comunidades, e foi a partir do encontro da Rede com elas que as agentes pastorais conseguiram iniciar um processo de transformação da CPT enquanto instituição no sentido de apoiar e assessorar as questões voltadas para o universo feminino camponês.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, R. **A Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil 1988**. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: março 2021.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflito no Campo Brasil 2018**. Disponível: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14154&catid=0&m=0&Itemid=0>. Acesso em março 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflito no Campo Brasil 2019**. Disponível: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14195&catid=41&m=0>. Acesso em: março 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Jornada Maria da Penha**. 2007 <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

EMMERICK, Joana. **Mulheres e Conflitos Ambientais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa, mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019)**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/13o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2019/#:~:text=Foram%20registrados%201.206%20casos%20de,foi%20companheiro%20ou%20ex%2Dcompanheiro>. Acesso em: março 2021.

DI CIOMMO, Regina Célia. “Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade”. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 11, n. 2. Florianópolis, 2003.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos, trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

PELOSO, Ranulfo et al., Saberes e Olhares, a formação de educação popular na Comissão Pastoral da Terra. Edição Loyola e CPT. São Paulo, 2002.

PEREIRA, Antonia. Comunidade Gleba Tauá. Entrevista concedida à Antonia Laudeci, em 25 de fevereiro de 2021.

SALVATICI, Silvia. **Memória de gênero, reflexões sobre a história oral de mulheres**. Revista História Oral, v. 8, n.º 1, 2005. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=114&path%5B%5D=109>. Acesso: 15 março de 2021.

SANTOS, Valéria Pereira. **Mulheres e conflitos socioambientais, saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos/TO**. UFT: Araguaína. Dissertação do Programa de Pós-Graduação Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. 2019. 129p.

SANTOS, Raimunda. Comunidade Gleba Tauá. Entrevista concedida a Valéria Pereira Santos, em julho de 2019.



SEGATO, Rita Laura. **La guerras contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016. Disponível em: [https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45\\_segato\\_web.pdf](https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf), acessado em 27 de fevereiro de 2021

SILVA. Eulina. Acampamento Gabriel Filho. Entrevista concedida à Antonia Laudeci Moraes, em 25 de fevereiro de 2021.

SILVA. Deusirene. Assentamento Deus é Grande. Entrevista concedida à Valéria Pereira Santos, em 20 de novembro de 2020.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

SOF – Sempre viva Organização Feminista. **Trabalho, corpo e vida das mulheres, uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios**. São Paulo: SOF, dezembro de 2014. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/sof\\_trabalho\\_corpo\\_e\\_vida\\_das\\_mulheres\\_bollbrasil.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/sof_trabalho_corpo_e_vida_das_mulheres_bollbrasil.pdf) Acessado em: 15 março 2021.

**Artigo recebido em: fevereiro/2021**

**Artigo aceito em: julho/2021**